



A INFLUÊNCIA DO DISCURSO NEGACIONISTA NA GESTÃO POLÍTICA BRASILEIRA DA PANDEMIA: UM EXAME CRÍTICO SOBRE SUA RELAÇÃO COM A MORTALIDADE PELA COVID-19

Adriano Menino de Macêdo Júnior¹
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – (UERN)

Resumo: O presente artigo analisa efeitos dos discursos proferidos pelo ex-presidente Bolsonaro durante a fase aguda da pandemia de COVID-19 no Brasil, compreendendo o período do primeiro semestre de 2020 ao final do primeiro semestre de 2021. O objetivo central consiste em examinar como tais enunciados, investidos de autoridade estatal, operaram como tecnologias discursivas de poder, mobilizando procedimentos de controle e circulação do discurso — especialmente separação/rejeição, interdição, vontades de verdade e disciplina — e contribuíram, de modo modalizado, para a reorganização da inteligibilidade pública da crise sanitária, para a deslegitimação da mediação técnico-científica e para a produção de desordem informativa associada à hesitação vacinal. Metodologicamente, o estudo adota uma orientação arqueogenealógica fundamentada nas teorias de Michel Foucault, articuladas ao debate sobre biopolítica e necropolítica, mobilizando o discurso como prática histórica e performativa. O *corpus* é composto por declarações públicas de JMB sistematizadas cronologicamente, acompanhadas de dados de óbitos acumulados, conforme levantamento do Poder360, sem pretensão de estabelecer causalidade mecânica. Os resultados indicam que os discursos analisados não atuaram como manifestações retóricas isoladas, mas como parte de um regime discursivo reiterado, caracterizado pela minimização do risco, deslocamento de responsabilidade, politização de terapias sem eficácia comprovada e contestação da vacinação, contribuindo para a fragmentação da esfera pública e para a corrosão da confiança sanitária. Conclui-se que, embora não se afirme uma relação causal direta entre discurso presidencial e mortalidade, o discurso político negacionista deve ser compreendido como variável analítica relevante em contextos de emergência sanitária, dada sua capacidade de produzir efeitos sociais, reorganizar condutas e reconfigurar a gestão da vida e da morte.

Palavras-chave: Discurso; influência; necropolítica; negacionismo

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL); Pesquisador no Grupo de Estudo do Discurso na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (GEDUERN/UERN) e Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

The Influence of Denialist Discourse on Brazilian Political Management of the Pandemic: A Critical Examination of Its Relation to Covid-19 Mortality

Abstract: This article analyzes the effects of the discourses delivered by former president Bolsonaro during the acute phase of the COVID-19 pandemic in Brazil, covering the period from the first half of 2020 to the end of the first half of 2021. The central objective is to examine how these statements, invested with state authority, operated as discursive technologies of power, mobilizing procedures of control and circulation of discourse—particularly separation/rejection, interdiction, regimes of truth, and discipline—and how they contributed, in a modalized manner, to the reorganization of the public intelligibility of the health crisis, to the delegitimization of technical-scientific mediation, and to the production of informational disorder associated with vaccine hesitancy. Methodologically, the study adopts an archaeogenealogical approach grounded in Michel Foucault's theories, articulated with the debate on biopolitics and necropolitics, mobilizing discourse as a historical and performative practice. The *corpus* consists of public statements by JMB, systematized chronologically and accompanied by data on accumulated deaths, according to data compiled by Poder360, without any intention of establishing mechanical causality. The results indicate that the analyzed discourses did not function as isolated rhetorical manifestations, but rather as part of a reiterated discursive regime characterized by risk minimization, displacement of responsibility, politicization of therapies lacking proven efficacy, and contestation of vaccination, contributing to the fragmentation of the public sphere and to the erosion of trust in health governance. It is concluded that, although no direct causal relationship between presidential discourse and mortality is asserted, negationist political discourse should be understood as a relevant analytical variable in contexts of health emergencies, given its capacity to produce social effects, reorganize conduct, and reconfigure the management of life and death.

Keywords: Discourse; influence; necropolitics; denialism

Discurso político, desinformação e mortalidade: fundamentos teóricos e metodológicos para a análise da pandemia no Brasil

A eleição presidencial de 2018 no Brasil constituiu um marco político decisivo no período recente, realizada em dois turnos — 7 e 28 de outubro — e configurando a oitava disputa presidencial desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. A disputa concentrou-se sobretudo entre Fernando Haddad (PT) e Jair Messias Bolsonaro (doravante, JMB), então filiado ao Partido Social Liberal (PSL), que saiu vitorioso e tomou posse em 1º de janeiro de 2019 para um mandato de quatro anos. Tal reconfiguração do campo político nacional não pode ser dissociada do acontecimento sanitário que, a partir de dezembro de 2019, passou a impor uma nova racionalidade de governo e um regime de urgência global. Em 31 de dezembro daquele ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu alerta sobre casos de pneumonia em Wuhan (Hubei, China), associados a uma variante inédita de coronavírus, confirmada oficialmente em 7 de janeiro de 2020. Historicamente, os coronavírus compõem ampla família viral e figuram como a segunda causa mais comum do resfriado comum, atrás apenas dos rinovírus, raramente

associados a quadros graves em humanos até décadas recentes (Abrantes, 2020; Nascimento; Pacheco, 2020).

A nova variante, contudo, revelou elevada capacidade de disseminação e severidade clínica, mobilizando resposta global de pesquisa e contenção (Abrantes, 2020; Nascimento; Pacheco, 2020). Desde então, consolidou-se a identificação de sete coronavírus humanos (HCoVs) — HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-CoV, MERS-CoV e o novo coronavírus, inicialmente denominado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, designado SARS-CoV-2 — responsável pela COVID-19 (Abrantes, 2020; Nascimento; Pacheco, 2020). Inserido no subgênero *Sarbecovirus* da família *Coronaviridae*, o SARS-CoV-2 revelou alta transmissibilidade e desencadeou uma pandemia global, levando à adoção de medidas de saúde pública sem precedentes (Brasil, 2023). Diante da rápida propagação e da elevada morbimortalidade, a OMS declarou oficialmente a pandemia em 11 de março de 2020 (Macêdo Júnior, 2020; Macêdo Júnior *et al.*, 2021; Abrantes, 2020; Nascimento; Pacheco, 2020; Opas, 2023; Brasil, 2023).

Embora diversos países tenham orientado suas respostas sanitárias segundo diretrizes técnicas e multilaterais, o caso brasileiro distinguiu-se por controvérsias agudas na condução política e comunicacional da crise, especialmente em função dos posicionamentos do então presidente da República, JMB (Hur; Cameselle; Alzate, 2021). Nesse contexto, o discurso político não pode ser compreendido como mera opinião individual, mas como prática institucional capaz de produzir efeitos pragmáticos na coordenação de condutas coletivas, na disputa por legitimidade epistêmica e na orientação do comportamento social.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva discursivo-crítica, de que modo os enunciados proferidos pelo ex-presidente JMB durante a fase aguda da pandemia de COVID-19 funcionaram como tecnologias discursivas de poder, mobilizando procedimentos foucaultianos de controle, circulação e legitimação do discurso — em especial separação/rejeição, interdição, vontades de verdade e disciplina — e como tais operações contribuíram, de maneira modalizada, para a reorganização da inteligibilidade pública da crise sanitária. Busca-se, nesse sentido, compreender como esses discursos, ancorados em uma posição institucional soberana, participaram da desestabilização da autoridade técnico-científica, da produção de desordem informativa e da corrosão da confiança social em medidas preventivas, particularmente no que se refere à vacinação, sem incorrer em explicações causalistas ou reducionistas.

De modo articulado a esse objetivo central, o estudo propõe examinar o *corpus* de declarações presidenciais de forma cronológica, ou seja, na fase aguda da pandemia de COVID-19, compreendendo o período do primeiro semestre de 2020 ao final do primeiro semestre de 2021, com óbitos acumulados, identificando regularidades enunciativas e estratégias de minimização do risco, deslocamento de responsabilidade, politização de terapias sem eficácia comprovada e deslegitimação da ciência, analisando como tais enunciados operaram mecanismos de interdição e de separação/rejeição que restringiram a tematização pública da morte e converteram orientações sanitárias em marcas identitárias e objetos de disputa política. Pretende-se, ainda, analisar a constituição de vontades de verdade alternativas produzidas a partir do lugar

institucional de enunciação, bem como avaliar, de forma não mecânica, a coexistência temporal entre a persistência desse regime discursivo e a escalada da mortalidade por COVID-19 no Brasil. Por fim, o artigo busca discutir, à luz do diálogo entre Foucault, Mbembe e a literatura crítica brasileira, como a deslegitimação discursiva da prevenção, da vacinação e da responsabilidade estatal pode ser compreendida no horizonte do biopoder e da necropolítica, evidenciando o papel do discurso presidencial na produção de efeitos sociais mais amplos, incluindo a legitimação simbólica de resistências às medidas sanitárias, sem afirmar causalidade direta, mas reconhecendo sua inserção em uma racionalidade discursiva que reconfigurou a gestão da vida e da morte em contexto pandêmico.

A partir desse enquadramento, o estudo formula a seguinte pergunta-problema: de que modo os discursos negacionistas de JMB, enquanto enunciados investidos de autoridade estatal e amplificados por ecologias midiáticas contemporâneas, contribuíram para a produção e circulação de desinformação, para a hesitação vacinal e, direta ou indiretamente, para o agravamento da morbimortalidade associada à COVID-19 no Brasil? A justificativa da pesquisa articula-se em três dimensões. No plano pessoal, inscreve-se no compromisso intelectual do pesquisador com a análise crítica das materialidades discursivas quando estas produzem efeitos sobre a vida, especialmente em situações-limite nas quais o dizer estatal tensiona a proteção coletiva. No plano social, o estudo é pertinente por buscar compreender os mecanismos discursivos que fragilizam políticas sanitárias, reorientam percepções de risco e naturalizam a morte, contribuindo para a erosão da confiança pública em instituições científicas e em estratégias de imunização. No plano científico, a investigação aprofunda debates sobre a performatividade do discurso político, articulando análise discursiva, biopolítica e necropolítica para compreender os vínculos entre linguagem, regimes de verdade e gestão diferencial das vidas.

Não se pretende caracterizar esta seção como um “estado da arte”, uma vez que o diálogo estabelecido não visa mapear exaustivamente a produção acadêmica sobre o tema, mas tensionar aportes teóricos selecionados que sustentam o recorte analítico. Nesse sentido, Münchow (2020) contribui ao analisar dimensões paranoicas do discurso de JMB, particularmente no que tange à homossexualidade, construída como ameaça à ordem social. Tal paranoia revela uma gramática afetiva e moral que mobiliza medo e antagonização, governando pela fabricação de inimigos e reorganizando alianças políticas. Inscrevem-se nesse registro enunciados como ‘os caras querem é a nossa hemorroida’ e a preferência por ‘um filho morto a um filho homossexual’, mobilizados por Münchow (2020, p. 122) como sintomas de um discurso que instrumentaliza o ódio e o pânico moral. Paralelamente, Oliveira, Castro e Santos (2023) analisam a crítica satírica materializada em charges, logo a baixo, que reagem ao discurso negacionista durante a pandemia, destacando enunciados de minimização e indiferença — como ‘não sou coveiro’ e ‘e daí?’ — e evidenciando o descompasso entre a retórica presidencial e a realidade epidemiológica. As charges analisadas expõem relações de poder entre o discurso presidencial e seus contrapontos críticos, problematizando ainda a promoção de terapias sem comprovação científica, como a cloroquina, e sugerindo impactos sobre

a percepção social da pandemia, a adesão às medidas de contenção e a hesitação vacinal (Oliveira; Castro; Santos, 2023, p. 14-29).



Fonte: Oliveira, Castro e Santos (2023, p. 14 a 29).

No plano metodológico, o estudo adota uma orientação arqueogenealógica fundamentada nas teorias de Michel Foucault, mobilizadas como “caixas de ferramentas” (Foucault; Deleuze, 1979), com o objetivo de analisar como enunciados presidenciais se inscrevem em formações discursivas, produzem regularidades de sentido e engendram efeitos de poder no contexto da crise sanitária. Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2005) propõe suspender unidades naturalizadas — como livro, obra e autoria — para descrever o domínio dos enunciados em sua dispersão e nas condições históricas de sua existência, permitindo examinar correlações, limites e regras de formação dos dizeres presidenciais. Como afirma o autor, “o saber não se confunde com a ciência” e tampouco se reduz à totalidade dos discursos legitimados (Foucault, 2005, p. 23-34). Essa perspectiva é reforçada pela concepção performativa da linguagem, que desloca o discurso do paradigma informacional para o pragmático. Deleuze e Guattari (1995, p. 12) definem a linguagem como transmissão de “palavras de ordem”, capazes de prescrever condutas e expectativas sociais.

Nesse enquadramento, torna-se analiticamente consequente compreender como enunciados presidenciais, reiterados e amplificados por circuitos midiáticos, podem produzir realidades, orientar decisões públicas e afetar práticas preventivas e a confiança vacinal. Por fim, os conceitos de biopolítica (Foucault, 1999) e necropolítica (Mbembe, 2018) permitem examinar como o poder, em contextos de emergência sanitária, opera na administração dos corpos e na distribuição diferencial da proteção e da exposição à morte, reforçando a compreensão do discurso como prática coletiva situada historicamente (Deleuze; Guattari, 1995; Cabruja *et al.*, 2000).

Análise discursiva e necropolítica: o impacto das declarações de JMB durante a pandemia de COVID-19

Há dois anos do registro do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, seguido pela primeira morte em 17 de março de 2020, o país acumulou aproximadamente 704.659 óbitos, em um crescimento acelerado que impôs à esfera pública um regime contínuo de urgência e disputa interpretativa (Coronavírus/Brasil, 2023). Nesse cenário, a atuação discursiva do chefe de Estado não se limita à comunicação política, mas intervém na constituição do problema sanitário como “realidade pública”, afetando a adesão social a medidas preventivas e a confiança em políticas de saúde. O Poder360 (2022) sistematiza um conjunto de declarações do ex-presidente JMB que, ao longo da fase aguda da pandemia, operaram por minimização do risco, deslocamento de responsabilidade, politização de terapias sem eficácia e deslegitimação da vacinação. Ao articular esse *corpus* aos objetivos do artigo, a análise se organiza pela problematização foucaultiana dos procedimentos de controle e circulação do discurso, em especial separação/rejeição, interdição, vontades de verdade e disciplina (Foucault, 1996), além de mobilizar a reflexão sobre soberania, biopoder e necropolítica (Mbembe, 2018) e o debate sobre desinformação, inércia institucional e efeitos materiais de tais enunciados no contexto brasileiro (Silva, 2022a; Silva, 2022b).

A Tabela 1 reúne os enunciados selecionados, distribuídos cronologicamente e acompanhados do número acumulado de óbitos indicado na fonte jornalística, recurso que não pretende estabelecer causalidade mecânica, mas evidenciar a coexistência entre escalada de mortalidade e persistência de um regime enunciativo de banalização, desresponsabilização e ataque à mediação técnico-científica (Poder360, 2022). Essa materialidade é central porque, em termos foucaultianos, a produção do discurso é “controlada, selecionada [e] redistribuída” para “conjurar seus poderes e perigos” (Foucault, 1996, p. 8-9), e a posição institucional de quem fala não é exterior ao efeito do enunciado: “se lhe ocorre ter algum poder, é de nós [...] que ele lhe advém” (Foucault, 1996, p. 7). Em outras palavras, a eficácia social dessas falas deriva menos de sua consistência factual e mais do lugar soberano de enunciação, capaz de impor enquadramentos, desautorizar adversários epistêmicos e converter orientações sanitárias em objeto de guerra cultural.

Tabela 1 – *Corpus* discursivo de JMB na fase aguda da pandemia, no primeiro semestre de 2020 até o final do primeiro semestre de 2021, com óbitos acumulados.

Data	Enunciado de JMB	Contexto discursivo	Óbitos acumulados
09 mar. 2020	‘Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus’	Declaração durante viagem aos Estados Unidos, relativizando a gravidade da COVID-19	0
20 mar. 2020	‘Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar’	Pronunciamento público minimizando a doença	11
26 mar. 2020	‘O brasileiro pula no esgoto e não acontece nada’	Resposta a questionamento sobre possível colapso sanitário no Brasil	77
20 abr. 2020	‘Eu não sou coveiro’	Recusa em comentar o número de mortos por COVID-19	2.584
28 abr. 2020	‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre’	Comentário sobre recorde diário de mortes	5.050
19 maio 2020	‘Quem é de direita toma cloroquina; quem é de esquerda toma tubaína’	Entrevista ao jornalista Magno Martins, associando medicamento a polarização política	17.971
02 jun. 2020	‘A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo’	Resposta a pedido de conforto às famílias enlutadas	31.199
07 jul. 2020	‘É como uma chuva, vai atingir você’	Entrevista após testar positivo para COVID-19	66.741
10 nov. 2020	‘O Brasil tem que deixar de ser um país de maricas’	Discurso público criticando medidas sanitárias e minimizando a pandemia	162.829
17 dez. 2020	‘Se você virar um jacaré, problema de você’	Declaração contrária à vacinação obrigatória, referindo-se à vacina da Pfizer	184.827
05 jan. 2021	‘O Brasil está quebrado. Eu não consigo fazer nada’	Retorno do recesso presidencial, atribuindo crise à pandemia e à mídia	197.777

22 jan. 2021	‘Não há nada comprovado cientificamente sobre essa vacina aí’	Declaração sobre a CoronaVac	215.243
11 fev. 2021	‘O cara que entra na pilha da vacina é um idiota útil’	Transmissão em redes sociais, desqualificando a vacinação	236.201
04 mar. 2021	‘Vai comprar vacina? Só se for na casa da sua mãe’	Conversa com apoiadores em Uberlândia (MG)	260.970
04 mar. 2021	‘Chega de frescura e de mimi’	Evento em São Simão (GO), criticando medidas de contenção	260.970
14 maio 2021	‘Se falar de cloroquina é crime, falar de maconha é legal’	Crítica ao PL 399 sobre medicamentos à base de Cannabis	432.628
17 maio 2021	‘Tem alguns idiotas que até hoje ficam em casa’	Conversa com apoiadores sobre isolamento social	436.537
09 jun. 2021	‘Nunca vi ninguém morrer por tomar hidroxiclороquina’	Declaração em culto evangélico em Anápolis (GO)	479.515
17 jun. 2021	‘Quem pegou o vírus está imunizado’	Live em redes sociais defendendo imunidade natural	496.004
25 jun. 2021	‘Tapetão por tapetão, sou mais o meu’	Evento com empresários em Chapecó (SC), criticando a CPI da COVID	511.142

Fonte: Poder360 (2022).

A série de enunciados inicia-se com a tentativa de rebaixar a pandemia a um artefato de interesses externos (‘superdimensionado’), mecanismo que, sob a gramática foucaultiana, atua como disputa por “vontade de verdade”: não se trata apenas de negar dados, mas de instaurar um regime alternativo de veridicção que pressiona outros discursos e reordena hierarquias de credibilidade (Foucault, 1996, p. 14-18). Quando JMB rotula a COVID-19 como ‘gripezinha’ e converte a crise em prova de virilidade pessoal, a enunciação desloca a doença do campo do risco coletivo para o campo moral-identitário, produzindo um enquadramento que tende a desmobilizar a prudência e a adesão a medidas de contenção. Essa operação é visualmente condensada na Figura 1 (BBC News Brasil, 2020), que registra a circulação pública do enunciado e, por conseguinte, sua potência como marcador discursivo.

Figura 1 – ‘Gripezinha’



Fonte: BBC News Brasil (2020).

Em sequência, o enunciado ‘o brasileiro pula no esgoto e não acontece nada’ introduz um excepcionalismo biológico que relativiza vulnerabilidades concretas e, ao fazê-lo, funciona como tecnologia discursiva de governo pela normalização do risco. Nessa mesma linha, as respostas ‘eu não sou coveiro’ e ‘e daí? [...] não faço milagre’ operam por interdição, não no sentido de silêncio absoluto, mas de bloqueio da responsabilização e da tematização pública do dano. A interdição, em Foucault, envolve “tabu do objeto”, “ritual da circunstância” e “direito privilegiado do sujeito que fala” (Foucault, 1996, p. 9): ao recusar o lugar de respondente diante da morte, o chefe de Estado redefine o objeto (óbitos) como questão ilegítima ou indevida, restringindo o espaço discursivo em que a gestão governamental poderia ser cobrada. As Figuras, respectivamente, 2 e 3 documentam, respectivamente, a circulação midiática de ‘eu não sou coveiro’ e ‘e daí?’, reforçando que tais enunciados não atuaram como “deslizes”, mas como signos de uma política de linguagem reiterada e publicamente reconhecível (Marques, 2022; Nóbrega, 2020).

Figura 2 – “Eu não sou coveiro”



Fonte: Marques (2022).

Figura 3 – “Bolsonaro sobre mortes por COVID-19: ‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?’



Fonte: Nóbrega (2020).

No plano da separação/rejeição, a polarização ‘cloroquina’ versus ‘tubaína’ não apenas ideologiza terapias, mas institui uma clivagem política que reorganiza o campo sanitário como disputa identitária, convertendo recomendações técnico-científicas em sinais de pertencimento, isto é, em operadores de aceitação ou nulificação do dizer legítimo. Como formula Foucault, “existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição”, pela qual certos enunciados deixam de “circular como o dos outros” e passam a ser tomados como desprovidos de “verdade” e “importância”, ao passo que, inversamente, outros podem ser investidos de “estranhos poderes”, como o de “dizer uma verdade escondida” (Foucault, 1996, p. 10-11). Nessa chave, o discurso médico-científico é rebaixado ao estatuto de fala suspeita ou “do lado de lá” da razão prática, enquanto a fala presidencial e seus correlatos ideológicos adquirem valor de verdade alternativa, produzindo um regime de pertença em que a escolha de tratamento deixa de ser decisão sanitária e passa a funcionar como marca política.

Silva (2022a, p. 61), ao discutir “JMB e as mentiras sobre o coronavírus”, reforça esse diagnóstico ao registrar, entre outros aspectos, a decisão de ampliar a produção de cloroquina em descompasso com orientações institucionais, o engajamento de aliados empresariais contra medidas de segurança e a dinâmica de desinformação que se expandiu em paralelo à inércia ministerial, com consequências para educação, saúde e pesquisa, inclusive no debate sobre a EC 95; Silva (2022b) retoma a centralidade de medidas emergenciais e o modo como a desinformação tensionou a resposta pública. A fala ‘a gente lamenta [...] mas é o destino de todo mundo’ aprofunda esse quadro ao normalizar a morte e dessensibilizar a esfera pública, movimento compatível com o que Mbembe descreve como instrumentalização da existência e destruição material de corpos e populações (Mbembe, 2018, p. 9). A Figura 4 registra a circulação jornalística desse enunciado, reforçando sua função como operador de normalização do luto e, portanto, de reconfiguração do aceitável na experiência coletiva da morte (Notícias ao minuto, 2020).

Figura 4 – “Bolsonaro: ‘A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todos’”.



Fonte: Notícias ao minuto (2020).

A partir de julho de 2020, a metáfora ‘é como uma chuva’ cristaliza uma vontade de verdade fundada na inevitabilidade da infecção e, por extensão, na despolitização da responsabilidade governamental, ao apresentar a disseminação do vírus como fenômeno natural, incontrolável e exterior à ação humana. Trata-se de uma operação discursiva que não se sustenta apenas pela repetição retórica, mas pelo lugar institucional de onde é enunciada, uma vez que, como observa Foucault, “essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional”, sendo “reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas” e tendendo a exercer “sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Foucault, 1996, p. 17-18). Nessa medida, a naturalização da contaminação funciona como mecanismo de coerção simbólica que desloca o debate das esferas da decisão política e da responsabilidade estatal para o terreno do fatalismo, neutralizando a exigência de medidas preventivas e legitimando a passividade diante da propagação do vírus. Em novembro, ‘país de maricas’ desloca novamente o eixo da crise do campo sanitário para um regime moral de masculinidade e desprezo, convertendo cautela e prevenção em fraqueza, o que opera como coerção simbólica contra práticas protetivas e contra sujeitos considerados “medrosos” ou “exagerados”. A Figura 5 registra esse enquadramento e sua circulação, indicando o valor político do insulto como tecnologia de governo do comportamento coletivo (Gomes, 2020).

Figura 5 – “Brasil tem de deixar de ser ‘país de maricas’ e enfrentar pandemia ‘de peito aberto’, diz Bolsonaro



Fonte: Gomes (2020).

Em dezembro de 2020 e ao longo de 2021, os enunciados se deslocam para a desqualificação direta do processo vacinal (‘não há nada comprovado [...]’, ‘idiota útil’,

‘virar jacaré’), reforçando a erosão da confiança em imunizantes e repondo a pandemia como disputa de crença. Nesse ponto, a dimensão disciplinar torna-se decisiva. Se, em Foucault (1996), a disciplina constitui um sistema de métodos e regras que torna possível formular enunciados dentro de um regime de validade: “um domínio de objetos [...] um *corpus* de proposições [...] um jogo de regras” (Foucault, 1996, p. 30), em Vigiar e Punir ela aparece como técnica que produz “corpos dóceis” (Foucault, 2007, p. 118-120). A retórica presidencial, ao ridicularizar contenção (‘chega de frescura e de mimi’) e ao promover “imunidade natural” (‘quem pegou o vírus está imunizado’), atua como contrapedagogia pública: não apenas disputa a verdade, mas desestabiliza o conjunto de práticas de governo sanitário voltadas a organizar condutas, minimizar circulação viral e orientar adesão à vacinação. A consequência não deve ser formulada como causalidade simples, mas como participação discursiva na produção de um ambiente de desinformação e hesitação, coerente com o objetivo do artigo.

É nesse ponto que a leitura necropolítica torna-se operacional. Em Mbembe (2018), a soberania se expressa como direito de matar e se articula a “exceção” e “emergência”, sustentadas por uma noção ficcional do inimigo, enquanto o biopoder funciona pela divisão entre “as pessoas que devem viver e as que devem morrer” (Mbembe, 2018, p. 7-24). Tal formulação não implica equiparar contextos históricos, mas oferece uma lente para compreender como a recusa reiterada de medidas protetivas, a normalização do luto e a difusão de descrédito vacinal podem convergir para uma gestão permissiva da morte em larga escala, sobretudo quando a emergência é tratada como exagero, a ciência como adversária e a responsabilidade estatal como indébita. Mbembe (2018) explicita ainda que o controle biopolítico envolve a distribuição da espécie em grupos e o estabelecimento de “cesuras” (Mbembe, 2018, p. 13), o que dialoga com a clivagem discursiva entre “fortes” e “fracos”, “direita” e “esquerda”, “os que enfrentam” e “os que choram”, produzida no *corpus*. Silva (2022a, p. 75) reforça, nesse horizonte, a pertinência da ideia de “deixar morrer” como chave para interpretar a gestão discursiva da crise, não como prova jurídico-causal, mas como inteligibilidade crítica de uma racionalidade governamental que naturaliza perdas, deslegitima a prevenção e fragiliza a resposta pública.

Em síntese, a análise do *corpus* evidencia que as declarações de JMB não operaram apenas como ruído retórico, mas como tecnologia discursiva de governo que reorganizou a inteligibilidade pública da crise, deslocando a pandemia do campo da responsabilidade sanitária para regimes de verdade alternativos, clivagens identitárias e formas de normalização da morte. Nesse ponto, a articulação entre necropolítica e biopoder ganha precisão quando se lê o fenômeno à luz de Foucault (1999, p. 304): ao mostrar que o racismo — entendido como operador biopolítico — introduz “um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”, o autor fornece uma matriz para compreender como, em sociedades de normalização, torna-se possível administrar diferencialmente a proteção e a exposição (Foucault, 1999, p. 304).

Além disso, quando Foucault (1999, p. 306) explicita que “tirar a vida” inclui “assassinio indireto: o fato de expor à morte” e “multiplicar para alguns o risco de morte”, ele desloca a análise para além do ato direto e permite apreender, com rigor, como a

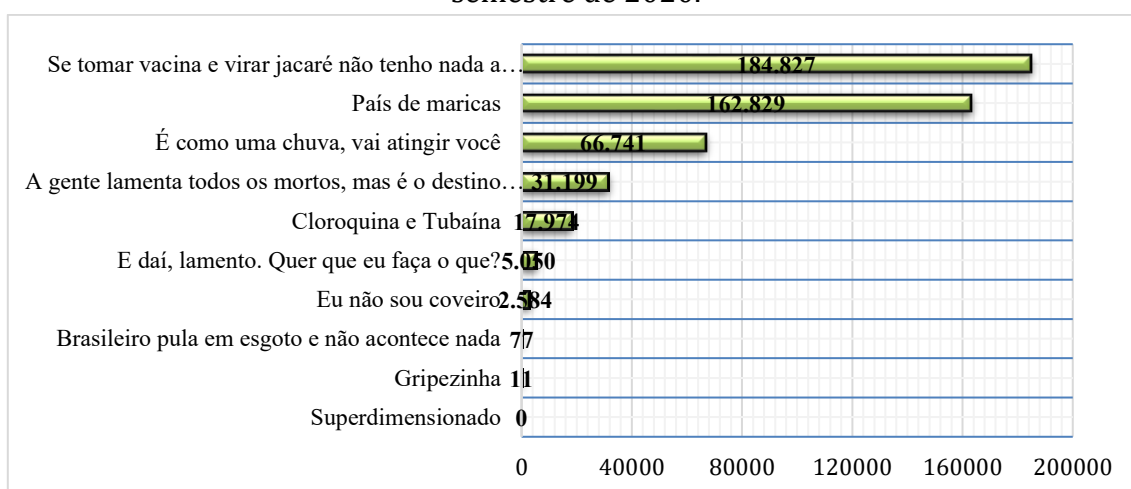
insistência em minimizar o risco, ridicularizar medidas preventivas e desqualificar a vacinação pode produzir efeitos materiais na distribuição social do dano, mesmo sem enunciar uma política explícita de eliminação (Foucault, 1999, p. 306). Assim, sem reduzir o argumento a uma causalidade linear, o conjunto aqui examinado sustenta a hipótese de que o negacionismo presidencial funcionou como racionalidade de governo: ao interditar responsabilidades, fragmentar o espaço do dizível e corroer a autoridade técnico-científica, concorreu para um ambiente de desordem informativa e para a intensificação de vulnerabilidades, compatível com uma gestão permissiva da morte em escala populacional.

Assim, ao articular Foucault (1996; 1999; 2007), Mbembe (2018) e Silva (2022a; 2022b) com o conjunto de enunciados sistematizados pelo Poder360 (2022), a análise evidencia que o negacionismo presidencial operou como tecnologia discursiva de poder: organizou exclusões, interditou responsabilizações, disputou regimes de verdade e sabotou a disciplina sanitária, contribuindo para um ambiente de desordem informativa associado à hesitação vacinal e, de modo modalizado, ao agravamento da morbimortalidade no país (Coronavírus/Brasil, 2023).

A influência dos discursos negacionistas de JMB durante a pandemia de COVID-19: uma análise modalizada de relações discursivas e o impacto potencial na mortalidade

Em ordem proeminente, a análise do gráfico 1 sugere uma possível correlação entre os momentos em que determinados discursos foram proferidos e o aumento subsequente no número de mortes por COVID-19. Embora não seja possível afirmar com certeza uma relação de causa e efeito, essa correlação pode indicar um impacto potencial dos discursos do ex-presidente JMB sobre a percepção pública e o comportamento durante a crise sanitária.

Gráfico 1 – Discursos negacionistas do ex-presidente JMB sobre a pandemia no 1º e 2º semestre de 2020.



Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado do jornal Poder360 (2022).

Ademais, em continuação inelutável, nos primeiros discursos analisados, como o de 9 de março de 2020, em que JMB afirmou que o impacto do vírus estava sendo “superdimensionado”, o Brasil ainda não havia registrado mortes. Esse padrão se mantém até 20 de março, quando o ex-presidente se referiu à doença como uma “gripezinha”, momento em que apenas 11 mortes haviam sido registradas. Sob auspícios de paridade, a fala de 26 de março, sobre “pular no esgoto”, ocorreu quando o número de mortes ainda era relativamente baixo (77 óbitos). Por conseguinte, esses discursos podem ter contribuído para a subestimação da gravidade do vírus, o que possivelmente afetou a adesão às medidas preventivas, mas outros fatores também devem ser considerados.

Essa perspectiva pode ser aprofundada ao considerarmos as contribuições de Foucault, especialmente em sua abordagem sobre os discursos e as relações de poder. De acordo com Foucault, os discursos não são simplesmente reflexos de realidades externas, mas mecanismos que constroem e transformam a percepção dos sujeitos e da sociedade. A partir de sua genealogia, como apontado por Fernandes (2012), o discurso é compreendido como um objeto de análise que ocupa lugar na história e está sujeito a contínuas formações e transformações.

Neste caso, os discursos de JMB podem ser vistos como elementos que, ao serem reiterados e disseminados, participaram de uma rede de relações de poder que influenciaram a maneira como a pandemia foi enfrentada pela sociedade. A análise foucaultiana, conforme destacada por Silva e Júnior (2014), nos permite compreender que as declarações de líderes políticos, como as de JMB, não atuam de forma isolada, mas estão conectadas às formas pelas quais os saberes e as verdades são construídos e legitimados em determinados contextos históricos. Explanando sob premissas lógicas, ao tomar o discurso como objeto de estudo, podemos refletir sobre como as falas presidenciais, permeadas por descontinuidades e transformações, influenciaram o comportamento social durante a pandemia.

No transcorrer ulterior, a partir de abril de 2020, o gráfico evidencia um aumento considerável no número de mortes, coincidindo com discursos que minimizavam a seriedade da pandemia. Em 20 de abril, quando JMB afirmou “Eu não sou coveiro”, já haviam sido registradas 2.584 mortes. Esse número mais do que dobrou até o discurso de 28 de abril, “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”, quando 5.050 mortes foram reportadas. Embora não seja possível provar uma relação direta entre os discursos e esse aumento, a postura negacionista pode ter contribuído para a fragilização das medidas preventivas. Contudo, é importante modalizar essa interpretação, já que outros fatores, como a propagação natural do vírus, também influenciam os dados.

Sob a perspectiva de Foucault, o discurso, enquanto reverberação de uma verdade e princípio organizador do comportamento social, ocupa um papel central na construção das práticas sociais e subjetivas dos sujeitos (Silva; Júnior, 2014). Ao analisar os discursos presidenciais de JMB como práticas discursivas, de acordo com a concepção foucaultiana, compreendemos que esses enunciados moldaram parte da percepção coletiva sobre a

pandemia, ao definir regras e normas de conduta (Azevedo, 2013, p. 156). Nesse sentido, os discursos de JMB se entrelaçaram com as práticas sociais de negligência em relação às medidas de saúde pública, contribuindo para o contexto de desinformação.

No íterim subsequente, nos meses de maio e junho de 2020, observa-se um crescimento acentuado nas mortes. *A posteriori*, em 19 de maio, quando JMB mencionou “Cloroquina e Tubaína”, o número de óbitos saltou para 17.974. No discurso de 2 de junho, o número quase dobrou novamente, alcançando 31.199. Embora esses aumentos não possam ser atribuídos exclusivamente aos discursos presidenciais, o ceticismo em relação às orientações científicas promovido pelo ex-presidente pode ter impactado negativamente o controle da pandemia. No entanto, essa correlação deve ser analisada com cautela, considerando a complexidade dos fatores envolvidos.

Sob a ótica de Foucault, é importante destacar que a própria noção de discurso é um acontecimento histórico. Todo discurso verdadeiro possui um polo de produção, pois, como enfatiza Foucault (1996), a produção discursiva não ocorre de forma aleatória, mas sim atende aos interesses das instâncias e das relações de poder que o geram. Por ser um acontecimento, o discurso não é imaterial; ele se materializa nas práticas sociais dos sujeitos e tem efeitos sobre eles. No caso dos discursos do ex-presidente JMB, eles podem ser vistos como eventos que influenciaram a percepção pública e as atitudes em relação à pandemia, inserindo-se em uma rede de práticas discursivas e sociais que impactaram a forma como a crise sanitária foi enfrentada.

Em adendo inexorável, as noções foucaultianas de análise do discurso afastam-se de qualquer ideia de continuidade ou de centralidade da consciência do signo, ao se fundarem na noção de acontecimento como corte, isto é, como ruptura que fragmenta o instante histórico e dispersa o sujeito em múltiplas posições e funções possíveis no interior de uma série discursiva (Silva; Júnior, 2014). É nesse sentido que Foucault articula sua análise não pela lógica de uma história “viva” ou linear, mas por categorias como “regularidade, causalidade, descontinuidade, dependência, transformação”, inscrevendo o estudo dos discursos no “trabalho efetivo dos historiadores” e não na continuidade teleológica do sentido (Foucault, 1996, p. 53-54).

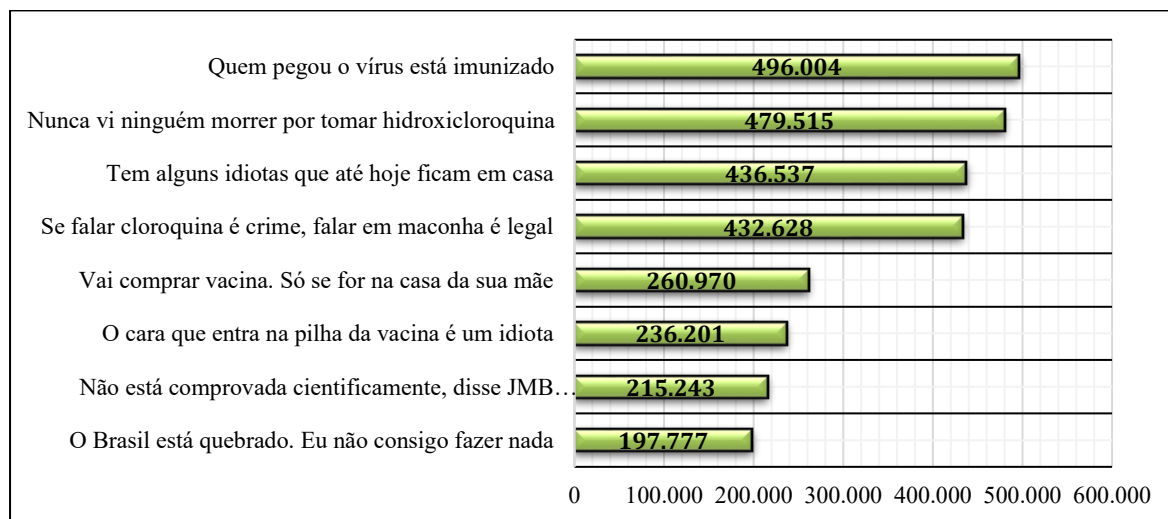
Decursivamente, entre julho e dezembro de 2020, o gráfico 1 revela um aumento preocupante no número de mortes, com 66.741 em julho e 162.829 em novembro. Durante esse período, discursos como “País de maricas”, em 10 de novembro, e a fala sobre “virar jacaré”, em 17 de dezembro, quando as mortes chegaram a 184.827, chamam atenção. Esses discursos ocorreram justamente quando as vacinas começavam a ser discutidas e introduzidas no Brasil. O ceticismo promovido por JMB em relação à vacinação pode ter contribuído para a hesitação vacinal, o que, por sua vez, pode ter prejudicado os esforços para controlar a pandemia. Alinhado aos objetivos deste estudo, a análise foucaultiana do discurso nos leva a refletir sobre as condições históricas e sociais que possibilitaram a emergência dessas declarações. Como ressalta Foucault (1996), os discursos não surgem de maneira aleatória, mas são produtos de processos histórico-sociais específicos. A partir dessa perspectiva, o analista de discurso deve compreender a produção discursiva em relação à história, desvelando as condições que

permitem o surgimento de determinados enunciados em certos momentos e não em outros (Fernandes, 2012).

Assim, a emergência do discurso negacionista de JMB, marcado pelo desprezo à gravidade da pandemia e à eficácia das vacinas, deve ser entendida dentro de um contexto mais amplo de tensões políticas, sociais e ideológicas que moldaram as percepções públicas sobre a pandemia. Essas transformações históricas, conforme aponta Fernandes (2012), ajudam a compreender o porquê determinados discursos ganham força em momentos específicos. No caso dos discursos de JMB, eles se inserem em um cenário de polarização política e desconfiança em relação à ciência, elementos que foram exacerbados pela própria postura do governo durante a pandemia. A análise dessas falas, portanto, reverbera não apenas a influência imediata sobre a percepção pública, mas também a maneira como elas se articulam com processos históricos mais amplos, que envolvem a resistência a políticas de saúde pública e a manipulação do discurso para legitimar determinadas práticas de poder.

À guisa de prosseguimento, a análise do gráfico 2, referente ao 1º semestre de 2021, também sugere uma correlação temporal entre o aumento das mortes e os discursos proferidos por JMB. Embora essa correlação não possa ser vista como uma prova direta de causalidade, os discursos minimizando a gravidade da pandemia e disseminando desinformação podem ter influenciado negativamente as atitudes da população em relação à crise.

Gráfico 2 – Discursos negacionistas do ex-presidente JMB sobre a pandemia no 1º semestre de 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado do jornal Poder360 (2022).

Explanando sob premissas lógicas, no discurso de 5 de janeiro de 2021, “O Brasil está quebrado. Eu não consigo fazer nada”, o número de mortes já era de 197.777. Embora esse discurso possa ter contribuído para uma percepção de falta de controle sobre a pandemia, é difícil determinar com precisão até que ponto essa fala influenciou diretamente o comportamento da população ou as políticas adotadas. O gráfico mostra

que no discurso de 22 de janeiro, “Não está comprovada cientificamente”, referente à Coronavac, o número de mortes subiu para 215.243. Esse discurso, que expressa ceticismo quanto à vacina, pode ter influenciado a hesitação vacinal, embora fatores como a distribuição desigualitária de vacinas e o sistema de saúde sucateado também tenham um papel importante nesse contexto.

Sob influxo suplementar, dentre os três princípios de análise do discurso propostos por Foucault, o terceiro é, talvez, o mais intrincado, uma vez que está relacionado à compreensão de como os discursos se materializam por meio das práticas sociais dos sujeitos. A par de tudo, a abordagem foucaultiana dos discursos está intimamente ligada à articulação entre pensamento, discurso e ação, possibilitando-nos compreender a definição do pensador de que os discursos são eventos históricos. Ao contemplar o discurso em Foucault, Fischer (2001) destaca que a análise do discurso, segundo o pensador, dispensa a busca por significados fixos ou um conjunto de signos que se referem a conteúdos determinados. A autora enfatiza que é imperativo percebê-los dentro da complexidade em que estão envolvidos. Em confluência ascendente, Fischer (2001) argumenta que a compreensão foucaultiana do discurso demanda uma abertura para as interconexões entre linguagem, poder e práticas sociais. Nesse sentido, os discursos não são apenas veículos de expressão, mas participam ativamente da construção e legitimação de relações de poder na sociedade. Essa concepção, presente na teoria de Foucault, nos permite perceber como os discursos presidenciais de JMB, ao expressarem ceticismo e desdém em relação à pandemia, podem ter legitimado certas condutas sociais, moldando atitudes e comportamentos coletivos.

No interstício temporal, outros discursos, como o de 11 de fevereiro, “O cara que entra na pilha da vacina é um idiota”, quando as mortes atingiram 236.201, reforçam uma retórica contrária à vacinação. Embora esses discursos possam ter contribuído para uma visão negativa sobre a imunização, a relação entre as falas e o aumento de mortes precisa ser analisada com cuidado, considerando as variáveis multifatoriais que afetam a mortalidade durante a pandemia. Em março de 2021, com discursos como “Vai comprar vacina. Só se for na casa da sua mãe” e “Se falar cloroquina é crime, falar em maconha é legal”, o número de mortes chegou a 432.628 em maio. Esses discursos podem ter enfraquecido a adesão a medidas preventivas e incentivado o uso de tratamentos sem eficácia comprovada. Contudo, é necessário considerar que o avanço da pandemia e a sobrecarga do sistema de saúde também foram fatores cruciais nesse aumento.

Alinhado aos objetivos deste estudo, o pensamento de Foucault permite compreender que os discursos não constituem simples manifestações de significados evidentes, mas práticas que produzem e organizam a realidade ao se articularem às relações de poder que os atravessam (Foucault, 1996). Nessa chave, a retórica de negação e ceticismo em relação à pandemia e às vacinas, promovida por JMB, pode ter influenciado a opinião pública e a adesão a medidas de proteção, não por transmitir informações isoladas, mas por participar ativamente da configuração das percepções sociais. Em expansão convergente, Fischer (2001) reforça a necessidade de afastar-se da leitura representacional do discurso, segundo a qual ele seria apenas “um conjunto de signos” referidos a conteúdos ocultos ou distorcidos, propondo, ao contrário, a análise do

discurso como prática constitutiva das dinâmicas sociais (Fischer, 2001, p. 198). Desse modo, o exame das falas presidenciais evidencia seu papel na produção de sentidos e comportamentos coletivos, ainda que suas repercussões sobre a mortalidade devam ser compreendidas de forma ponderada, no interior do contexto multifatorial da pandemia.

À guisa de telos último, no discurso de junho de 2021, “Quem pegou o vírus está imunizado”, o número de mortes alcançou 496.004. Esse discurso, ao sugerir que a imunidade natural seria mais eficaz do que a vacina, pode ter desincentivado a vacinação em alguns grupos. No entanto, é essencial lembrar que a pandemia é um fenômeno multifacetado, com diversos fatores além dos discursos políticos, como a gestão da saúde pública, a logística de vacinação e as variantes do vírus, que também influenciam os dados apresentados.

Além do mais, em sincronia evolutiva, Foucault (1996), conforme apontado por Fernandes (2012), entende o discurso como uma prática imersa em relações de poder, permeando as interações sociais e os sistemas de saber. Dessa forma, o discurso não é apenas uma expressão linguística, mas uma ferramenta que organiza e estrutura as relações de poder entre os sujeitos. Ao propor que as restrições sobre a produção discursiva refletem a conexão intrínseca entre discurso, poder e desejo, Foucault (1996) nos leva a compreender que os discursos presidenciais, como o proferido por JMB em junho de 2021, podem estar imbricados em dinâmicas de poder que afetam a percepção e o comportamento social em relação à pandemia do novo coronavírus. Segundo Foucault (1996), o discurso carrega em si a marca de um processo contínuo de disputa, de lutas invisíveis que refletem as tensões presentes nas relações sociais.

Nesse sentido, o uso de discursos que minimizam a importância da vacinação pode ter servido para manter ou reforçar determinadas posições de poder, ao mesmo tempo em que fragilizam medidas de controle da pandemia, mas essas interpretações precisam sempre ser modalizadas, levando em conta a multiplicidade de fatores que afetam o desenrolar de uma crise sanitária dessa magnitude.

Sob a égide de um propósito premente, a análise dos gráficos sugere uma possível correlação entre os discursos negacionistas proferidos pelo ex-presidente JMB e o aumento das mortes por COVID-19, evidenciando a importância de se considerar o impacto das lideranças políticas na percepção e no comportamento coletivo durante crises sanitárias. Embora não seja possível estabelecer uma relação causal direta entre os discursos e o número de óbitos, os dados apresentados indicam que as falas minimizando a gravidade da pandemia e promovendo desinformação podem ter contribuído para a hesitação vacinal e a adoção inadequada de medidas preventivas. No âmbito da lógica consequencial, conforme os objetivos do estudo, que buscam investigar o impacto potencial dos discursos de JMB sobre o aumento das mortes, esta análise modalizada reforça a necessidade de cautela ao interpretar a influência política em uma crise de saúde pública complexa, envolvendo múltiplos fatores, como a logística de vacinação e a gestão dos serviços de saúde.

Ressonâncias globais dos discursos negacionistas: análise dos protestos antivacina e suas relações com a retórica política durante a pandemia de COVID-19

A análise dos protestos contra a obrigatoriedade de vacinas, relatados pela matéria do Jornal Jovem Pan (2022), cognominada *Protestos contra obrigatoriedade de vacina ganham adeptos e se alastram pelo mundo*, revela que essas manifestações têm sido caracterizadas por pedidos de liberdade e críticas ao passaporte de vacina. Os protestos, embora ocorram em diversos contextos e regiões, demonstram uma rejeição ao controle estatal e às medidas de saúde pública, ecoando algumas das narrativas negacionistas observadas no discurso do ex-presidente JMB, conforme mostrado no gráfico 1 deste artigo. Ao modalizar essa relação, percebe-se que as falas de JMB, como “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso”, proferida em 17 de dezembro de 2020, podem ter contribuído para fomentar uma visão negativa sobre a vacinação, semelhante à resistência que se vê nos protestos globais. Por equivalência paradigmática, esses movimentos, tanto no Brasil quanto em países como Canadá, Estados Unidos e Alemanha, representadas na devida ordem das figuras 6, 7 e 8, compartilham uma desconfiança em relação às vacinas e uma crítica à intervenção governamental na saúde pública.

Figura 6 – Manifestações contra vacinas no Canadá.



Fonte: Jovem Pan (2022).

Figura 7 – Manifestações contra vacinas nos Estado Unidos.



Fonte: Jovem Pan (2022).

Figura 8 – Manifestações contra vacinas na Alemanha.



Fonte: Jovem Pan (2022).

Simetricamente alinhado, os protestos em países como Suécia e Bélgica, representadas respectivamente nas figuras 9 e 10, contra o passaporte da vacina, ecoam o discurso de JMB que minimizava a gravidade da pandemia e promovia alternativas não comprovadas, como a cloroquina, conforme destacado no gráfico com a fala “Cloroquina e Tubaína” em 19 de maio de 2020.

Figura 9 – Manifestações contra vacinas na Suécia.



Fonte: Jovem Pan (2022).

Figura 10 – Manifestações contra vacinas na Bélgica.



Fonte: Jovem Pan (2022).

Essa correlação sugere que a resistência a medidas de controle, tanto no Brasil quanto em outros países, pode ter sido potencialmente influenciada por lideranças políticas que adotaram posturas negacionistas e retóricas que deslegitimavam a gravidade da pandemia. Em concomitância inquebrantável, protestos na França, representado na figura 11, com forte participação de movimentos de extrema-direita, apresentam paralelos com os discursos polarizadores de JMB, que frequentemente desqualificava opositores e desacreditava os cientistas, como no caso da fala “E daí, lamento. Quer que eu faça o quê?”, em 28 de abril de 2020, também ilustrada no gráfico.

Figura 11 – Manifestações contra vacinas na França.



Fonte: Jovem Pan (2022).

Essa abordagem, tanto nos discursos políticos quanto nas manifestações, contribui para a criação de uma atmosfera de desinformação e resistência às medidas de saúde, possivelmente afetando a adesão às vacinas e impactando os esforços globais no combate à pandemia. Por similitude ontológica, esses paralelos entre os protestos internacionais e o discurso de JMB indicam que a retórica de figuras políticas pode exercer uma influência significativa sobre o comportamento coletivo em crises sanitárias. No entanto, é importante modalizar essa análise, considerando que outros fatores, como a logística de vacinação, os sistemas de saúde e o contexto político local, também

desempenham um papel crucial na formação dessas atitudes e nas consequências observadas em cada país.

Influência dos discursos negacionistas e movimentos antivacina no Brasil: uma análise relacionada ao aumento de mortes por COVID-19

Os movimentos antivacina e as manifestações contra as medidas sanitárias no Brasil refletem uma série de influências discursivas que, por congruência absoluta com o Gráfico 2 do presente estudo, sugerem uma correlação entre os discursos proferidos pelo ex-presidente JMB e o comportamento de grupos da população. Ao longo da pandemia, JMB fez uma série de declarações que minimizavam a gravidade da COVID-19 e questionavam a eficácia das vacinas, o que pode ter influenciado diretamente a formação de movimentos de resistência às campanhas de imunização e à adoção de medidas de controle, como o uso do passaporte vacinal. Embora a análise deva ser modalizada, essas manifestações evidenciam uma possível relação entre o discurso negacionista e o comportamento social que impactou o enfrentamento da pandemia.

Em função *sine qua non* dessa dinâmica foi o protesto pró-JMB realizado em Belo Horizonte em dezembro de 2020, relatado pelo Estado de Minas (2020), vide figura 12, no qual manifestantes gritavam frases como “pode vacinar e virar jacaré”, em referência direta a uma fala de JMB feita em 17 de dezembro de 2020, quando o número de mortes no Brasil chegou a 184.827, conforme o Gráfico 2.

Figura 12 – Manifestações antivacina em Belo Horizonte.



Fonte: Estado de Minas Gerais (2020), foto de Leandro Couri/EM/D. A. Press.

Na esteira dos eventos, essa fala presidencial banalizou os efeitos colaterais da vacina, promovendo desconfiança entre a população. Embora seja difícil quantificar o impacto direto desse discurso no aumento das mortes, é possível sugerir que a rejeição à vacinação, amplificada pela narrativa do presidente, tenha contribuído para a hesitação vacinal, que por sua vez, pode ter exacerbado a propagação do vírus. Sob auspícios de paridade, em alinhamento inexorável de valores, os protestos realizados na Avenida Paulista em dezembro de 2020, descritos pela Folha de São Paulo (2020), ver figura 13,

também refletem a resistência à vacinação, com manifestantes bolsonaristas ocupando as vias para se opor à obrigatoriedade da vacina, muito semelhante ao que JMB afirmou em 22 de janeiro de 2021, quando declarou que a Coronavac “não estava comprovada cientificamente”.

Figura 13 – Manifestações contra vacinas em São Paulo.



Fonte: Folha de São Paulo (2020).

Nesse momento, o número de mortes no Brasil já havia alcançado 215.243. Ao lançar dúvidas sobre a eficácia das vacinas, o ex-presidente JMB criou um terreno fértil para o surgimento de movimentos antivacina, que, ao deslegitimarem a ciência, podem ter contribuído, de forma modalizada, para a hesitação em aderir às vacinas, o que está diretamente relacionado ao aumento do número de óbitos. Outro episódio relevante ocorreu nos confins geográficos no Acre, em dezembro de 2021, quando um grupo protestou contra o passaporte sanitário, ver figura 14, conforme reportado pelo jornalista Iryá Rodrigues do jornal G1 (2021).

Figura 14 – Manifestações contra passaporte vacinal.



Fonte: Rodrigues (2020).

Embora os manifestantes alegassem não serem contrários às vacinas, a resistência à obrigatoriedade e ao passaporte ecoa falas como a de JMB em 4 de março de 2021, quando as mortes já somavam 260.970, e ele criticou a compra de vacinas, afirmando de maneira irônica: “vai comprar vacina. Só se for na casa da sua mãe”. Agregando-se

ulteriormente, como extensão inafastável, esse tipo de discurso contribuiu para a criação de uma narrativa de desconfiança em relação às vacinas e às medidas de controle, reforçando a desmobilização da população e, potencialmente, afetando negativamente a adesão às vacinas. Acrescentando-se a esse ponto, em progresso contínuo e lógico, em Brasília, em janeiro de 2022, um grupo de manifestantes protestou em frente à sede da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) contra a vacinação infantil, acusando o Ministério da Saúde de usar as crianças como “cobaías”, ver figura 15.

Figura 15 – Manifestações em frente a sede da OPAS.



Fonte: Queiroz (2020).

Este episódio, relatado pela jornalista Vitória Queiroz do jornal Poder360 (2022), é mais um exemplo da resistência alimentada por discursos de desinformação. A narrativa que questiona a segurança das vacinas, tal como a declaração de JMB em 17 de junho de 2021, quando afirmou que quem contraiu o vírus estava mais protegido do que aqueles que tomaram a vacina, contribuiu para a criação de um ambiente de desconfiança que pode ter influenciado os pais a hesitarem em vacinar seus filhos. Nessa data, o número de mortes havia atingido 496.004, e essa retórica, ao reforçar a imunidade natural, deslegitimou os esforços de vacinação. Sob influxo suplementar, crescendo em robustez argumentativa, essas manifestações antivacina no Brasil refletem, portanto, o impacto potencial dos discursos do ex-presidente Bolsonaro no comportamento da população.

Decursivamente, seguindo o fluxo natural e contínuo dos acontecimentos, ao longo de 2020 e 2021, as falas negacionistas, a desvalorização da gravidade da pandemia e a promoção de tratamentos sem eficácia científica validada, como a cloroquina, criaram uma narrativa paralela que desafiou as diretrizes sanitárias. Embora seja necessário modalizar a relação entre os discursos e o aumento das mortes, a hesitação vacinal e a resistência às medidas de controle podem, de forma indireta, ter contribuído para o agravamento da crise sanitária no Brasil, como sugerem os números apresentados no Gráfico 2 do presente estudo. A desinformação e a retórica de negação, ao influenciar a percepção pública, podem ter atrasado os esforços de imunização e o controle da pandemia no país.

Assertivas finais

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo não tiveram como finalidade estabelecer uma relação causal direta e mecânica entre os discursos negacionistas proferidos pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e os desfechos quantitativos da mortalidade por COVID-19 no Brasil. Tal cautela epistemológica foi reiteradamente observada, uma vez que a própria dinâmica pandêmica se constitui como um fenômeno multifatorial, atravessado por variáveis sanitárias, institucionais, sociais e comportamentais. Contudo, a modalização dessa relação não implica neutralização do argumento central, mas delimitação precisa de seu alcance analítico.

O que se evidenciou, de forma consistente, foi que os discursos presidenciais analisados operaram como práticas discursivas investidas de poder institucional, capazes de interferir na produção de sentidos sociais acerca da pandemia, da gravidade da doença, da legitimidade das medidas sanitárias e da confiança nas vacinas. Nesse sentido, o estudo demonstrou que tais enunciados não podem ser compreendidos como manifestações retóricas isoladas, mas como parte de um regime discursivo que contribuiu para a desorganização informacional, para a fragmentação da esfera pública e para a corrosão da autoridade técnico-científica, conforme sustentado pelas categorias foucaultianas mobilizadas ao longo da análise.

A utilização dos dados sistematizados pelo Poder360, bem como a organização cronológica do *corpus* discursivo, não visou estabelecer provas determinísticas, mas evidenciar a coexistência entre a escalada da mortalidade e a persistência de um discurso institucional de banalização do risco, desresponsabilização política e contestação das estratégias de contenção. Essa coincidência temporal, analisada sob a ótica da Análise do Discurso e articulada às noções de biopoder e necropolítica, reforça a hipótese de que o discurso negacionista atuou como um fator relevante na conformação das percepções e dos comportamentos sociais durante a crise sanitária.

Assim, ainda que não se afirme uma relação causal direta entre fala presidencial e óbitos, o conjunto argumentativo desenvolvido ao longo do artigo sustenta que o discurso político deve ser compreendido como uma variável analítica pertinente no campo da saúde pública, especialmente em contextos de emergência sanitária. Trata-se de reconhecer que a linguagem, quando enunciada a partir de posições soberanas, possui efeitos pragmáticos sobre a organização do social, podendo intensificar vulnerabilidades, dificultar a adesão a políticas de proteção coletiva e contribuir para cenários de maior exposição ao risco.

Dessa forma, a principal contribuição deste estudo reside na proposição de que o discurso negacionista institucionalizado seja incorporado como categoria de análise nos debates interdisciplinares sobre crises sanitárias, não como causa exclusiva, mas como elemento estruturante das dinâmicas comunicacionais que atravessam a gestão da vida e da morte em sociedades contemporâneas. Ao reafirmar essa perspectiva, o artigo se mantém coerente com suas análises e conclusões parciais, oferecendo um fechamento que consolida, sem extrapolar, os resultados alcançados.

Referências

- ABRANTES, Vinicius. **Brasil e Costa Rica no combate à pandemia de covid-19.** *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 3, n. 8, p. 74-85, 2020. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/64061245/6630-25358-1-PB-libre.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- ARISTÓTELES. **Retórica.** Tradução de Branca Vilallonga. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2005.
- AZEVEDO, S. D. R. **Formação discursiva e discurso em Michel Foucault.** *Filogênese*, Marília, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- BBC NEWS BRASIL. **2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de “gripezinha”, o que agora nega.** *BBC News Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- BRASIL. **Coronavírus.** Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9101/3584>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- CABRUJA I UBACH, T.; ÍÑIGUEZ RUEDA, L.; VÁZQUEZ, F. **Cómo construimos el mundo: relativismo, espacios de relación y narratividad.** *Anàlisi: Quaderns de comunicació i cultura*, Barcelona, n. 25, p. 61-94, 2000.
- CORONAVÍRUS/BRASIL. **COVID-19: Painel Coronavírus.** 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2.** v. 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira; Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1995.
- ESTADO DE MINAS GERAIS. **Bolsonaristas fazem protesto contra vacina obrigatória, em BH.** *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 dez. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/12/22/interna_gerais,1222997/bolsonaristas-fazem-protesto-contravacina-obrigatoria-em-bh.shtml. Acesso em: 10 set. 2024.
- FERNANDES, C. A. **Discurso e sujeito em Michel Foucault.** São Paulo: Intermeios, 2012.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, 2001.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Grupo “anti-Doria” faz protesto contra a obrigatoriedade da vacina em SP.** *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1682191088042104-grupo-anti-doria-faz-protesto-contravacina-obrigatoria-em-sp>. Acesso em: 10 set. 2024.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 69-78.

GOMES, P. H. **Brasil tem de deixar de ser “país de maricas” e enfrentar pandemia “de peito aberto”, diz Bolsonaro**. *G1*, Rio de Janeiro, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em: 7 jun. 2024.

HUR, D. U.; CAMESELLE, J. M. S.; ALZATE, M. Bolsonaro e Covid-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 550-569, 2021.

JOVEM PAN. **Protestos contra obrigatoriedade de vacina ganham adeptos e se alastram pelo mundo**. *Jovem Pan*, 2022. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/mundo/protestos-contr-obrigatoriedade-de-vacina-contr-a-covid-19-se-alastram-pelo-mundo.html>. Acesso em: 10 set. 2024.

MACÊDO JÚNIOR, A. M. O discurso como infecção: análise do impacto do discurso negacionista de um chefe de Estado durante e após a pandemia de covid-19. **IF-Sophia: Revista Eletrônica de Investigações Filosófica, Científica e Tecnológica**, v. 10, n. 27, p. 221-255, 2024.

MACÊDO JÚNIOR, A. M. *et al.* Prevalência da COVID-19 na população do Estado do Rio Grande do Norte em 2020: aspectos relacionados à faixa etária e comorbidades. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 45, s.n., 2021.

MACÊDO JÚNIOR, A. M. **Covid-19: calamidade pública**. *Medicus*, v. 2, n. 1, 2020.

MARQUES, J. **“Eu não sou coveiro”: frase de Bolsonaro durante pandemia viraliza em resposta ao “luto” de seus apoiadores**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2022/10/eu-nao-sou-coveiro-frase-de-bolsonaro-durante-pandemia-viraliza-em-resposta-ao-luto-de-seus-apoiadores.ghtml>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MÜNCHOW, C. Z. **Bolsonaro e a paranoia anti-homossexual**. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 3, n. 8, p. 117-124, 2020.

NÓBREGA, I. **Bolsonaro sobre mortes por covid-19: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”**. *Poder360*, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-sobre-mortes-por-covid-19-e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

NOTÍCIAS AO MINUTO. **Bolsonaro: “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todos”**. *Notícias ao Minuto*, 2020. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com.br/politica/1475522/bolsonaro-a-gente-lamenta-todos-os-mortos-mas-e-o-destino-de-todos>. Acesso em: 7 jun. 2024.

OLIVEIRA, A. N.; CASTRO, J.; SANTOS, L. C. S. **Charges: um documento visual ácido: uma análise crítica do discurso das falas do presidente Jair Bolsonaro e a covid-19**. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 28, p. e89477, 2023.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. *Organização Pan-Americana da Saúde*, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 26 jul. 2023.

PODER360. QUEIROZ, V. **2 anos de covid: relembre 30 frases de Bolsonaro sobre a pandemia**. *Poder360*, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-JMB-sobre-pandemia/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

QUEIROZ, V. **Grupo se reúne na OPAS em protesto contra vacinação infantil**. *Poder360*, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/grupo-se-reune-na-opas-em-protesto-contravacinacao-infantil/>. Acesso em: 10 set. 2024.

RODRIGUES, I. **Grupo protesta contra passaporte da vacina em Rio Branco**. *G1*, Rio Branco, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/12/07/grupo-protesta-contrapassaporte-da-vacina-em-rio-branco.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, G. F.; JÚNIOR, S. S. M. O discurso em Michel Foucault. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 8, n. 16, 2014.

SILVA, M. G. Bolsonaro e as mentiras sobre o coronavírus. In: SILVA, M. G. **Governo Bolsonaro: ideologia, política e luta de classes**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022a.

SILVA, M. G. Bolsonaro, o negacionismo e a vacina. In: SILVA, M. G. **Governo Jair Messias Bolsonaro: ideologia, política e luta de classes**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022b.